



GABINETE DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTÁDO DE SÃO PAULO - BRASIL

LEI Nº 6.528

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE MOGI MIRIM, PELO PODER EXECUTIVO, A FIRMAR CONVÊNIO OU ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA COM OS MUNICÍPIOS LÍMITROFES, VISANDO AÇÕES INTEGRADAS ENTRE AS GUARDAS CIVIS MUNICIPAIS (GCMs), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A **Câmara Municipal de Mogi Mirim** aprovou e o Prefeito Municipal **DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA** sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Mogi Mirim, pelo Poder Executivo, autorizado a firmar Convênio ou Acordo de Cooperação Técnica com os Municípios limítrofes, objetivando o desenvolvimento de ações integradas entre as Guardas Civis Municipais (GCMs).

Parágrafo único. O Convênio ou o Acordo de Cooperação Técnica deverá ser formalizado mediante o competente instrumento que conterà as obrigações de cada partícipe, bem como as demais condições de celebração e de execução do ajuste, exigidas pela legislação vigente, consoante ao estabelecido de acordo com o art. 144, da Constituição Federal, e regulado pela Lei Federal nº 13.022/14, nos termos do art. 8º, que disciplina o Estatuto Geral das Guardas Municipais do Brasil e em seu art. 5º, inciso X, para planejamento e execução conjunta de ações visando a prevenção da criminalidade, a redução da violência, a proteção ao patrimônio público e à população, no uso das atribuições dos recursos de cada Guarda Civil dos Municípios conveniados.

Art. 2º As ações a que se referem no *caput* do art. 1º, tratam de patrulhamentos preventivos tanto na zona urbana quanto na rural; apoios em eventos de pequeno, médio ou grande porte; apoio às ações solicitadas por outras forças de segurança seja de um Município para o outro e vice-versa, além de outras atividades que poderão ser definidas quando da celebração do ajuste.

§ 1º O ajuste que for celebrado entre as partes deverá estipular seu objetivo principal, as demandas decorrentes das ações compartilhadas, compartilhamento de dados e informações de interesses comuns, entre outros assuntos acordados entre os Municípios.

§ 2º Quanto aos recursos financeiros, deverá constar do instrumento que pessoal, viaturas, combustível, uniformes, armamentos e munições, bem como outras estruturas necessárias para a realização das ações, e a alimentação, serão oriundos de cada corporação dos Municípios.

Art. 3º O comando das equipes compartilhadas das Guardas Civis Municipais deverá estar sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança Pública de cada Município, ou por seu representante legal na figura do Comandante da Guarda Civil Municipal do Município anfitrião.



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

ESTÁDO DE SÃO PAULO - BRASIL

GABINETE DO PREFEITO

Parágrafo único. Ao adentrar no Município conveniado, os agentes das Guardas Civas Municipais passarão a responder diretamente ao Secretário ou subordinado hierarquicamente delegado do Município que organiza a ação policial, com exceções de acompanhamentos de flagrante delito ou suspeita de crime, quando do Município para o outro.

Art. 4º O objetivo de que trata esta Lei visa uma contribuição maior dos entes públicos limítrofes na conjuntura da prevenção da criminalidade, redução da violência, da proteção ao patrimônio público, da proteção da população e da segurança jurídica de trabalho dos agentes de segurança pública e dos Guardas Civas Municipais.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Mogi Mirim, 26 de outubro de 2022.

DR. PAULO DE OLIVEIRA E SILVA
Prefeito Municipal


REGINA CÉLIA S. BIGHETI
Coordenadora de Secretaria

Projeto de Lei nº 157/2022
Autoria: Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito
A(O) Lei 6528
FOI PUBLICADA(O) em 29/10/22
NO ÓRGÃO OFICIAL DO MUNICÍPIO
(JORNAL Oficial)